

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.614.147 - DF
(2019/0331638-7)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : RODRIGO SILVA OLIVEIRA
ADVOGADO : ADAIR SIQUEIRA DE QUEIROZ FILHO - DF020458
AGRAVADO : JOSE NILSON FERREIRA
AGRAVADO : JD ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA
AGRAVADO : DIEGO FERNANDES REIS
AGRAVADO : PAULO CÉSAR DE ANDRADE REIS
AGRAVADO : HELIO MATOS MOURA
AGRAVADO : DUETTO BIER BAR E RESTAURANTE LTDA
**AGRAVADO : ZERO 61 DELIVERY, RESTAURANTE E ENTREGAS
RAPIDAS EIRELI**
AGRAVADO : PAULO CESAR FERNANDES REIS
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto em face da decisão (fls. 2.836/2.837, e-STJ) por meio da qual a Presidência desta Corte não conheceu do agravo em recurso especial.

Diante da análise das razões do recurso, verifico que, de fato, foram impugnados todos os fundamentos de inadmissibilidade do recurso especial, razão pela qual reconsidero a decisão recorrida e passo à análise do agravo.

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fls. 2.723/2.724, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. RECURSO CONHECIDO EM PARTE. EMENDA À INICIAL. INÉRCIA DO AUTOR. INDEFERIMENTO DA INICIAL. FALTA DE IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DA SENTENÇA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO.

1. A parte recorrente deixou de atacar especificamente o decísium, o que representa flagrante violação ao princípio da motivação dos recursos (dialeiticidade entre o decidido e o atacado).

2. Impõe-se a aplicação do princípio da dialeticidade, segundo o qual é necessária sintonia entre as razões recursais invocadas para a

reforma e os fundamentos do julgado recorrido, sob pena de restar obstado o conhecimento do recurso, ante a ausência de impugnação específica. Recurso conhecido somente em parte.

3. Da parte conhecida: Correto o indeferimento parcial da petição inicial quando o autor se mantém inerte após a determinação do Magistrado de emenda à exordial para esclarecer a origem dos pedidos de condenação dos requeridos em R\$ 406.799,87, bem como quanto aos pedidos de condenação dos requeridos ao ponto, fundo de comércio, "goodwill" e aviamento subjetivo.

4. A extinção da demanda, sem apreciação do mérito, é medida que se impõe, quando facultada à parte autora emendar a inicial e não há cumprimento da ordem nos termos determinados pelo Magistrado.

5. Recurso PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO Sentença mantida.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 2.768/2.774, e-STJ).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante alega violação aos arts. 6º, 8º, 44, 599, 602 do Código de Processo Civil de 2015 e 33, I, II, III, IV, da Lei 11.697/08.

Sustenta, em síntese, que a competência para analisar o processo é da Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 2.800/2.801, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568 desta Corte dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

Verifico, da leitura dos autos, que não houve apreciação pelo Tribunal de origem dos arts. 6º, 8º, 44, 599, 602 do Código de Processo Civil de 2015 e 33, I, II, III, IV, da Lei 11.697/08, o que impossibilita o julgamento do recurso nesse aspecto pela ausência do necessário prequestionamento, nos termos da Súmula nº 211, do STJ, que dispõe: “inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal *a quo*”.

Em que pese a desnecessidade de menção expressa ao dispositivo

infraconstitucional para a configuração do questionamento prévio, ressaltando que é imprescindível que, no acórdão recorrido, a questão tenha sido discutida e decidida fundamentadamente, o que não verifico na presente hipótese.

A propósito, cito o seguinte julgado:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL. SÚMULA N. 284 DO STF. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211 DO STJ. INCIDENTE DE RESERVA DE BENS. INVENTÁRIO. RECURSO CABÍVEL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. O conhecimento do recurso especial exige a indicação dos dispositivos legais supostamente violados. Ausente tal requisito, incide a Súmula n. 284/STF.

2. Ausente o exame da matéria pelo Tribunal de origem, mesmo diante da oposição de embargos declaratórios, inviável o recurso especial, por falta de prequestionamento (Súmula n. 211/STJ).

3. Admite-se a aplicação da fungibilidade recursal "na hipótese em que exista dúvida objetiva, fundada em divergência doutrinária ou mesmo jurisprudencial acerca do recurso a ser manejado em face da decisão judicial a qual se pretende impugnar" (AgRg no AREsp 336.945/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 02/10/2014, DJe 23/10/2014).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AgRg nos EDcl no REsp 1512522/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 14/6/2016, DJe 20/6/2016)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. FALHA NO PRODUTO. TEMAS NÃO DEBATIDOS PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N°S 282 E 356 DO STF E 211 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo n° 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de

9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. As matérias referentes ao disposto nos arts. 373, III, 6º, VIII, 12, § 3º, II, 47 do CDC e 422 do CC não foram objeto de debate prévio nas instâncias ordinárias. Ausente, portanto, o devido prequestionamento nos termos das Súmulas nºs 282 e 356 do STF, aplicável por analogia, e 211 do STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1535841/SC, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 9/3/2020, DJe 11/3/2020)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. 1. TESE DE ILEGITIMIDADE RECURSAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE DE DISPENSA DO PREQUESTIONAMENTO. 2. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL AFASTADA. MITIGAÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NOTÓRIO. 3. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL. POSSIBILIDADE DE PENHORA DA FRAÇÃO IDEAL (QUOTA-PARTE) DOS BENS OBJETO DA SUCESSÃO PERTENCENTE AO EXECUTADO. PRECEDENTES.

4. AGRAVO IMPROVIDO.

1. O prequestionamento é exigência inafastável contida na própria previsão constitucional, impondo-se como um dos principais pressupostos ao conhecimento do recurso especial, inclusive para as matérias de ordem pública. Na hipótese, a questão acerca da impenhorabilidade não foi analisada, pois, além de os embargos de terceiro estarem intempestivos, não foram objeto das razões do recurso de apelação. Incidem, por analogia, o enunciado n. 282 do STF bem como a Súmula 211 do STJ. Também não é o caso de se considerar a ocorrência do prequestionamento ficto previsto no art. 1.025 do CPC/2015.

2. Consoante pacífica jurisprudência desta Corte, é possível a mitigação dos requisitos formais de admissibilidade do recurso especial diante da constatação de divergência jurisprudencial notória.

3. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, a fração ideal referente ao executado pode ser objeto de penhora, sendo

Superior Tribunal de Justiça

impenhoráveis apenas os quinhões daqueles sucessores ou condôminos que não sejam parte na execução.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1813158/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/2/2020, DJe 19/2/2020)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora